

Acordo externo aumenta e

Pressões dos credores provocam emissão inflacionária

ADEMAR SHIRAISHI
Da Editoria de Economia

O acordo com os bancos credores para o refinanciamento da dívida externa anula qualquer tentativa do Banco Central para conter a emissão inflacionária de moeda e ainda obriga a Secretaria do Tesouro Nacional a elevar os juros do mercado para colocar volumes crescentes de títulos federais. As pres-

sões do setor externo vêm com os sucessivos recordes mensais do superávit na balança comercial, a conversão de parcelas crescentes da dívida externa em investimentos diretos e o futuro reinício de reempréstimo de parte do principal da dívida congelada no Banco Central.

No primeiro semestre deste ano, o Brasil acumulou o excepcional superávit comercial de 8,64 bilhões de dólares. As ex-

portações cresceram 45,34 por cento em relação ao mesmo período de 1987 e fecharam o semestre com o acumulado de 15,49 bilhões de dólares. Já as importações caíram 4,61 por cento e fecharam com o volume de apenas 6,84 bilhões de dólares, como reflexo do baixo nível de novos investimentos e da retração de produção industrial próxima de 5 por cento, nos seis primeiros meses do ano.

A estratégia de aumento das importações impõe a contração da demanda interna, através da contenção dos gastos públicos; redução do poder de compra da população, com achatamento salarial mesmo com a correção pela Unidade de Referência de Preços (URP) e maior carga tributária, como o trileão, e a elevação das taxas de juros do mercado.

Por isso, ao deixar a

Expansão monetária

ria de moeda e a elevação dos juros

Secretaria-Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, o economista do PMDB, Luciano Coutinho, condenou o "imobilismo" do ministro da Fazenda.

Para Luciano Coutinho, o Brasil não pode aceitar o atual quadro de estagnação econômica e, em consequência, deve rejeitar imposições externas que prejudiquem a retomada do seu crescimento. Em razão do sacrifício interno, o demissionário

secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia afirmou que o ajuste externo não pode depender da adoção de um modelo exportados agressivo, do tipo da Coreia do Sul.

Na opinião do economista do PMDB, o único caminho para o Brasil sair da insolvência será a retomada da proposta do ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, de recorrer aos mecanismos de securitiza-

ção da dívida, como forma de garantir os ganhos com o deságio dos ativos brasileiros no mercado secundário de títulos. "As condições de mercado são absolutamente insuficientes para os nossos devedores. Se não houver a reestruturação efetiva da dívida, logo, o Brasil terá que voltar a adotar postura agressiva perante o sistema financeiro internacional" — afirmou Luciano Coutinho.